

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.812.732 - PR (2019/0128552-3)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**EMBARGANTE : MOINHO CARLOS GUTH S/A**  
**ADVOGADOS : PÉRSIO THOMAZ FERREIRA ROSA - SP183463**  
**ANA FLÁVIA MAMBELLI - MS014292**  
**EMBARGADO : BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN**  
**PROCURADORE : FLÁVIO MEIRELLES MEDEIROS E OUTRO(S) - RS014888**  
**S**  
**LADEMIR GOMES DA ROCHA - RS032167**  
**MAURÍCIO HENRIQUE SOUZA E SILVA - RS068188**

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. HIPÓTESES DE CABIMENTO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA CAUSA. INVIABILIDADE DA VIA IMPUGNATIVA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

## **DECISÃO**

Trata-se de embargos declaratórios opostos contra decisão de minha relatoria cuja ementa restou vazada nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MULTA ADMINISTRATIVA. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. TÉRMINO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

Nas razões destes aclaratórios, sustenta que a questão fática necessária para análise da matéria está delimitada no acórdão recorrido, não havendo qualquer necessidade de reanálise de fatos e provas para apreciação da questão referente à prescrição, bem como requer seja esclarecido o motivo pelo qual se adotou entendimento contrário ao REsp 1.363.437/DF.

É o necessário relatar. Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: “*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*”.

As razões dos embargos de declaração não merecem acolhimento.

Para que os aclaratórios, como recurso de fundamentação vinculada que é, possam prosperar, se faz necessário que o embargante demonstre, de forma clara, a ocorrência de obscuridade, contradição ou omissão em algum ponto do julgado, sendo tais vícios capazes de comprometer a verdade e os fatos postos nos autos.

Diante de tal premissa, observo que não assiste razão à embargante, pois, de fato, a decisão embargada posicionou-se de forma clara, adequada e suficiente acerca do

# *Superior Tribunal de Justiça*

óbice da Súmula 7/STJ, uma vez admitir entendimento contrário ao que chegou o Tribunal de origem quanto à ocorrência ou não da prescrição demandaria reanálise dos fatos expostos nos autos.

Não havendo omissão, obscuridade, contradição ou erro material, merecem ser rejeitados os embargos de declaração opostos, sobretudo quando contêm elementos meramente impugnativos.

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

